

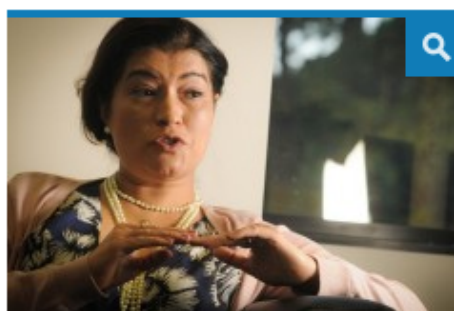
04/09/2018 às 05h00

Leilão une os mercados regulado e livre

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo



O leilão de energia nova realizado na sexta-feira e que negociou contratos para início de fornecimento em 2024 consolidou tendência do setor elétrico de combinar contratos no mercado regulado com a venda de energia no mercado livre. De acordo com relatório do Instituto Acende Brasil, dos 1.228,6 megawatts (MW) médios de energia de projetos viabilizados no leilão, 835 MW médios (quase 70%) foram contratados. O restante será negociado no ambiente livre.



Élbina, da Abeeólica: "Investidores estão procurando outras formas de viabilizar os projetos. Estratégias de contratação no [mercado] regulado casadas com o livre"

A estratégia, que já havia sido adotada por projetos eólicos no leilão anterior, foi repetida no último certame. Dos 658,6 MW médios de energia eólica viabilizados no leilão, 420 MW médios (64%) foram de fato vendidos para as distribuidoras. "Os investidores estão procurando outros caminhos, outras formas de viabilizar os projetos. O caminho que tem aparecido é o mercado livre, estratégias de contratação no [mercado] regulado casadas com o livre", afirmou a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbina Gannoum, ao **Valor**.

A mesma tática foi escolhida pela Eneva (antiga MPX) com relação ao projeto termelétrico de Parnaíba V. Com 386 MW de capacidade, a usina negociou no leilão 326,4 MW médios, de uma garantia física total de 343 MW médios.

Segundo Lino Cançado, diretor da geradora, a expectativa é iniciar a operação da térmica no primeiro semestre de 2022, dois anos antes do compromisso firmado no leilão. O objetivo da empresa é vender no mercado livre a energia produzida a partir da antecipação do cronograma.

Com investimentos previstos de R\$ 1,2 bilhão, o empreendimento terá receita fixa de R\$ 272,4 milhões por ano.

Em teleconferência com analistas e investidores, Cançado ressaltou que o projeto consiste no fechamento do ciclo da térmica Parnaíba I. Na prática, a nova usina vai produzir energia a partir do vapor obtido da geração de Parnaíba I, movida a gás natural.

A expectativa da companhia é iniciar as obras da usina no segundo semestre de 2019. O contrato de EPC (sigla em inglês para engenharia, aquisição e construção) foi firmado com a Techint. E a turbina será fornecida pela GE.

Na avaliação do Itaú BBA, a Eneva foi a grande vencedora do leilão. Segundo os analistas Pedro Manfredini, Gustavo Miele e Guilherme Soler pelos termos do leilão, a taxa real de retorno do investimento deve ficar entre 16% e 18%, com potencial de adicionar R\$ 360 milhões em valor presente líquido, equivalente a R\$ 1,15 por ação.

O Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Eneva, por sua vez, deve ter um acréscimo de R\$ 130 milhões/ano.

Já o segmento das pequenas centrais hidrelétricas (PCH) avaliou que o resultado do certame ficou abaixo do esperado. No entendimento da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que representa os investidores em pequenas usinas, o governo deveria considerar a realização de leilões separados por fonte e por localização dos projetos.

Segundo Ricardo Pigatto, presidente da Abragel, apenas 11% da energia negociada no certame foram de PCHs. "O critério dessa decisão de contratar pouca PCH ainda intriga o setor", afirmou. "Fica evidente a necessidade de leilões por fonte e geração perto da carga. O planejamento do setor não pode mais fazer leilões apenas por reais por megawatt-hora, sem levar em consideração a fonte e onde ela está sendo gerada", completou.